

## O Imperfeito e o tempo dos indivíduos<sup>1</sup>

Fátima Oliveira

A questão central que se coloca neste trabalho diz respeito à forma como o tempo da frase pode afetar a localização temporal dos indivíduos tendo em conta o tipo de predicados. Assim, analisar-se-á o contraste entre os tempos do passado, Imperfeito e Pretérito Perfeito, e o Presente em articulação com predicados de fase e de indivíduo, considerando preferencialmente os nominais em posição de sujeito.

De um modo geral, os tempos gramaticais veiculam informações não só temporais como também aspectuais e, assim, de formas diversas, sobre a localização e também sobre o tipo de duração da predicação relativamente à entidade referenciada pelo sujeito da frase. Como é sabido, o Presente transmite informação temporal de presente quando construído com estados e de aspeto habitual quando construído com eventos. Ao Pretérito Perfeito é atribuída uma leitura temporal de passado acrescida de uma informação de situação terminada quer com eventos, quer com estados.<sup>2</sup>

Porém, o Imperfeito, entre os múltiplos significados e leituras que admite, apresenta a possibilidade de associar à informação de passado a informação de que a predicação deixou de se aplicar ou de ser relevante no tempo da enunciação. No exemplo seguinte essa inferência incide sobre a situação de *esperar o jornal*.

- (1) – O que estás aqui a fazer?  
– Estava à espera do jornal.

Este efeito é ainda mais interessante quando se projeta sobre indivíduos como é ilustrado em (2):

- (2) Há um ano fiz uma viagem a Paris com uma amiga. Foi muito agradável pois essa minha amiga era muito divertida. Era não, é.

Um exemplo como este revela um efeito semântico-pragmático muito curioso,

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado anteriormente em Oliveira, F. e Duarte, I.M. (eds.), *Da Língua e do Discurso*, Porto: Campo das Letras, col. Campo da Linguística, 2004, vol.1. pp.505-528.

<sup>2</sup> Veja-se a este respeito, por exemplo Oliveira (2003). Este efeito aspetual de ‘terminado’ tem conduzido frequentemente à consideração de que o Pretérito Perfeito é perfetivo.

pois a correção observada na última frase mostra que se pretende alterar não a atribuição do predicado *divertida* à amiga mas antes a possível inferência de a referida amiga já não existir.

Mas estas leituras estão sujeitas a restrições, pois o Imperfeito não tem usualmente uma leitura que parece de algum modo aproximá-lo do Pretérito Perfeito no que diz respeito à informação aspectual de ‘terminado’. Algumas dessas restrições estão relacionadas com o tipo de predicado selecionado.

Assim, numa primeira parte discute-se a diferença entre predicados de indivíduo e predicados de fase, através de alguns testes identificadores; em seguida, analisa-se a articulação entre predicados de indivíduo e a seleção de tempos de passado, discutindo-se numa terceira parte a relação entre indivíduos, tempo e contexto. Por fim, apresenta-se uma proposta em que se pretende contribuir para uma explicação dos efeitos de não existência despoletados pelo Imperfeito em associação com predicados de indivíduo.

## 1. Predicados de Indivíduo e Predicados de Fase

Desde Carlson (1977b) que uma distinção entre predicados está associada a diferentes tipos de entidades, permitindo distinguir indivíduos (incluindo termos de espécie e objetos) de fases de indivíduo. Deste modo, é considerado que certos predicados favorecem preferencialmente um dos tipos de entidades. Assim, enquanto *estar contente* é uma propriedade transitória, *ter olhos castanhos* não o é e, de acordo com aquele autor, uma propriedade do tipo da primeira é uma propriedade de fase, expressa por predicados de fase, e uma propriedade como a segunda é uma propriedade de indivíduo, expressa através de predicados de indivíduo.

Em línguas como o Inglês, para a qual este influente estudo foi proposto, existem alguns testes que permitem identificar e distinguir predicados de indivíduo e predicados de fase.<sup>3</sup> Porém, numa língua como o Português e também o Castelhana, que apresentam o contraste *ser/estar*, a construção destes predicados com adjetivos (e também participios e adjetivos derivados de participios) está de certa forma gramaticalizada na medida em que predicados de indivíduo se constroem tipicamente com *ser* e predicados de fase com *estar*.<sup>4</sup>

Enquanto Carlson considera diferentes tipos de predicados associados a diferentes tipos de entidades, Kratzer (1995) defende uma outra proposta, segundo

---

<sup>3</sup> Alguns dos testes aplicáveis ao inglês são os seguintes: a. inserção de *there*, em que, ao só admitir leitura existencial, distingue os predicados de fase dos de indivíduo, não sendo estes últimos aceitáveis nesta construção (*There are firemen available/\*there are firemen altruistic*); b. meros plurais em que a leitura existencial é atribuída à primeira frase mas não à segunda (*Firemen are available/firemen are altruistic*); c. construções absolutas em que a primeira das frases pode significar “se ele se puser em pé numa cadeira, pode chegar ao teto” mas tal não acontece com a segunda frase por esta ter um predicado de indivíduo (*Standing on a chair, he can touch the ceiling/ having long arms, he can touch the ceiling*). Note-se que os dois últimos testes são interpretativos. Veja-se também a este respeito Kratzer (1995) e Stump (1985).

<sup>4</sup> No que diz respeito ao castelhano, veja-se, entre outros, Demonte (1999).

a qual os predicados em questão têm uma estrutura argumental diferente, isto é, os eventos ou localizações espaço-temporais, enquanto predicados de fase, têm uma posição argumental extra, à maneira de Davidson (1967), e os predicados de indivíduo não têm tal argumento. De entre os diferentes argumentos aduzidos por Kratzer, mencionaremos em seguida um que tem direta implicação na questão que nos ocupa. Com efeito, a possibilidade de expressões temporais e espaciais poderem modificar predicados de fase, mas não predicados de indivíduo, está relacionada, segundo esta autora, com uma variável de tipo eventivo (ou de mera localização espaço-temporal) introduzida por aqueles predicados. Vejam-se os próprios exemplos de Kratzer (1995:128) cujas versões portuguesas apresentam exatamente as mesmas características:

- (3) Manon is dancing on the lawn.  
[dancing (Manon, I) & on-the-lawn (I)]
- (4) Manon is dancing this morning.  
[dancing (Manon, I) & this morning (I)]
- (5) Manon is a dancer.  
[Manon (dancer)]

Dado que *is dancing* é um predicado de fase, apresenta um argumento sob a forma de uma variável, “I”, e os locativos espacial e temporal de (3) e (4) relacionam-se com o verbo selecionando outra ocorrência da mesma variável como seu argumento. Por seu turno, *is a dancer* é um predicado de indivíduo típico, não apresentando tal variável e conseqüentemente não pode ser modificado por locativos. Se, porém, se puder construir com um locativo, passa a ser um predicado de fase, como seria o caso de uma frase como *Manon é/foi (uma) dançarina esta manhã*. Esta variável pode ser ligada por quantificadores quando estas frases surgem em construções complexas ou pode ser fornecida pelo contexto de uso.

Embora as observações feitas aos exemplos em Inglês sejam também válidas para Português, a distinção entre predicados de fase e de indivíduo está em grande parte associada à oposição *estar/ser* quando estes predicados se constroem com adjetivos (ou participios). Com efeito, *ser alto*, *ser inteligente* veiculam propriedades de indivíduos na medida em que se podem considerar a nível interpretativo como propriedades estáveis, enquanto *estar contente*, *estar cansado* descrevem propriedades temporárias.

Vejamos então algumas das características dos dois tipos de predicados que, para além da já enunciada, podem ser testadas linguisticamente. Os predicados de indivíduo, na medida em que caracterizam diretamente uma entidade, manifestam, como já se observou brevemente, algumas incompatibilidades com determinados adverbiais temporais de localização, quer estes tenham duração quer sejam pontuais, para além de não admitirem quantificação por meio de expressões como *sempre que*. Os predicados de fase, pelo contrário, não apresentam quaisquer restrições combinatórias com adverbiais de localização temporal, podem ser quantificados e admitem, sem grandes dificuldades, adverbiais de localização temporal estrita (pontuais), induzindo uma interpretação de inclusão destes no intervalo de tempo em que decorrem. Acresce que um outro argumento pode ainda ser considerado:

os predicados manifestamente de fase parecem não poder ocorrer sob o escopo do operador aspetual *passar a*, ao contrário do que sucede com os predicados de indivíduo.<sup>5</sup> Observe-se o contraste entre os exemplos seguintes, tendo em conta que *ser alto* é um predicado de indivíduo e *estar contente* um predicado de fase:

- (6) \* O João foi alto ontem.
- (7) \* O João foi/era alto às duas da tarde.
- (8) \* Sempre que o João é alto, pratica atletismo.
- (9) O João passou a ser alto depois de tomar vitaminas.
- (10) O Rui esteve contente ontem.
- (11) O Rui esteve/estava contente às duas da manhã.
- (12) Sempre que o Rui está contente, telefona aos amigos.
- (13) # O Rui passou a estar contente. (leitura não habitual)

Por último, consideremos ainda dois contextos que, não podendo confundir-se com os tipos de predicados em análise, são também esclarecedores destas diferenças. Um deles está relacionado com as construções habituais e as frases genéricas e o outro relaciona-se com a distinção entre estados faseáveis e não-faseáveis.<sup>6</sup>

### ***1.1. Os estados habituais***

Os estados habituais são eventualidades derivadas obtidas a partir de eventos que, ao terem lugar um número suficiente de ocasiões, permitem a consideração de variáveis de situação que podem ser ligadas por um operador quantificacional e obter-se assim a generalização. Deste modo, uma frase como (14), ao descrever um hábito da Maria, caracteriza-a atribuindo-lhe a propriedade de *fumar cigarros* que não é meramente transitória como seria se se considerasse a situação *está a fumar um charuto*. Como se pode ver em (15), opera-se uma generalização sobre situações que são na base temporárias mas que, por força do operador GN, acaba por adquirir características semelhantes às dos predicados de indivíduo.

- (14) A Maria fuma charuto.
- (15) GN [ s; ] (Maria em s;  $\exists x$  (charuto) & Maria fuma x em s)

---

<sup>5</sup> O exemplo (13) não é aceitável numa leitura não habitual, isto é, em que se considera uma única situação de *estar contente*. Para evidenciar tal facto usa-se '#'. Para um maior desenvolvimento sobre esta questão, veja-se Oliveira & Cunha (2003).

<sup>6</sup> A distinção entre estados faseáveis e não-faseáveis deve-se a Cunha (1998b). Os primeiros admitem a construção com o Progressivo adquirindo algumas características eventivas, enquanto os segundos não admitem tal construção apresentando sempre características estativas. A construção com orações temporais constitui também um critério para distinguir estados faseáveis de não-faseáveis. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (i) O miúdo está a ser simpático.
- (ii) \*O miúdo está a ser alto.
- (iii) Quando o miúdo é simpático, os pais ficam contentes.
- (iv) \* Quando o miúdo é alto, os pais ficam contentes.

De facto, as frases habituais apresentam um comportamento semelhante ao dos predicados de indivíduo, o que se pode observar nos exemplos seguintes nos mesmos contextos dos exemplos (6)-(9), isto é, combinação com adverbiais de mera localização temporal (16), quantificação por expressões como *sempre que* (17) e escopo do operador *passar a* (18).

- (16) \*Ontem, o João ia ao cinema habitualmente.
- (17) \* Sempre que ia ao cinema habitualmente o Rui atrasava os seus trabalhos.
- (18) O João passou a ir ao cinema habitualmente.

### ***1.2. Estados faseáveis e estados não-faseáveis***

Tendo em conta a caracterização de estados faseáveis e de estados não-faseáveis, convém ter presente que não se podem confundir com predicados de fase ou com predicados de indivíduo. Os estados faseáveis, no entanto, quando mantêm as suas características estativas, parecem comportar-se como predicados de indivíduo, admitindo inclusivamente, nos contextos apropriados, uma leitura de espécie para os nominais em posição de Sujeito; porém, quando a sua configuração temporal interna se altera para a que caracteriza os processos, apenas uma leitura existencial se encontra disponível. O contraste entre os exemplos (19)-(20) ilustra as observações anteriores, pois o predicado *ser agressivo* contribui para a leitura de espécie atribuída ao Sujeito da primeira destas frases enquanto, na segunda, a aplicação do operador Progressivo, que os estados faseáveis admitem, evidencia a impossibilidade de uma tal leitura, pois trata-se da descrição de uma única situação que, por isso, não pode caracterizar *os leões*.<sup>7</sup>

- (19) Os leões são agressivos.
- (20) Os leões estão a ser agressivos.

## **2. Predicados de Indivíduo e Tempos do Passado**

Como se disse, os predicados de indivíduo dizem respeito a propriedades estáveis e nessa medida caracterizam o indivíduo por um período suficientemente alargado de tempo, se não mesmo por toda a sua existência. É claro que o nosso conhecimento do mundo pode também influir na consideração de um predicado como sendo de indivíduo ou de fase como é o caso de *ser loura* que, sendo um predicado de indivíduo, pode também em certas circunstâncias sofrer uma mudança para predicado de fase. O Português, como se disse, tem ao seu dispor, nestes casos, o contraste *ser/estar* e, assim, *ser loura* corresponde a um predicado de indivíduo enquanto *estar loura* a um predicado de fase.

Para além da distinção acima referida, o Português apresenta uma outra nos tempos do passado que é muito relevante para a questão que nos ocupa, a saber,

---

<sup>7</sup> Veja-se a análise dos exemplos (3)-(4) construídos com o evento *dançar*, que, apesar da distinção básica, se assemelha, no que aqui é relevante, ao que se disse sobre o exemplo (20).

o contraste Pretérito Perfeito / Imperfeito. Consideremos em primeiro lugar um predicado de indivíduo não suscetível de alterações como *ser do norte de Portugal* e observem-se os seguintes exemplos:

- (21) Ele é do norte de Portugal
- (22) Ele era do norte de Portugal.
- (23) \*Ele foi do norte de Portugal.

Comparando (21) com (22) verifica-se uma distinção que não é meramente temporal, pois no primeiro caso infere-se que o indivíduo de que se fala existe no tempo da enunciação enquanto no segundo caso, em virtude do Imperfeito, se infere que o indivíduo em questão já não existe. Em (23), pelo contrário, tal inferência não só não é possível como a frase não é aceitável dado que o predicado em análise diz respeito a toda a existência do indivíduo. Mas vejam-se também os seguintes exemplos em que, apesar de se tratar de um predicado idêntico ao anterior, é possível aceitar (25) numa outra aceção:

- (24) Ele era do Porto.
- (25) #Ele foi do Porto.

(24) tem uma leitura semelhante aos exemplos anteriores, isto é, ser natural do Porto e a inferência de não existência mantém-se tal como em (22). No entanto, (25) pode ser aceitável se considerarmos que *ser do Porto* significa ser do clube de futebol. Neste caso o que se diz é que ele foi mas já não é desse clube, embora não haja inferência de não existência. (24) também pode ter este outro sentido de *ser do Porto*, mas o efeito de não existência mantém-se. Este contraste entre os dois significados indicia que *ser (natural) do Porto* é um predicado de indivíduo atribuível a toda a existência de um indivíduo enquanto *ser (do futebol clube) do Porto* é um predicado que pode atribuir-se de forma estável, mas não permanente a um indivíduo.

De forma a avaliar até que ponto as inferências mencionadas anteriormente estão relacionadas com a conjugação do tipo de predicado e do tempo verbal, vejamos agora o que se passa com o contraste entre predicados de indivíduo (construídos com *ser*) como nos exemplos (26)-(29) e predicados de fase (construídos com *estar*) como em (30)-(33).

- (26) O Rui era alto.
- (27) \*/? O Rui foi alto.
- (28) O Rui era inteligente.
- (29) O Rui foi inteligente.
- (30) O Rui estava contente.
- (31) O Rui esteve contente.
- (32) O Rui estava alegre.
- (33) O Rui esteve alegre.

Em primeiro lugar deve notar-se que o efeito de não existência só ocorre com

predicados de indivíduo, pois, enquanto em (26) e (28) se observa a inferência de não existência, em (30) e (32) isso não é possível. Com efeito, nestes dois últimos exemplos o predicado de fase associado ao Imperfeito diz respeito a um estado que, por ser temporário, não pode dizer respeito à vida de um indivíduo, sendo essa a razão por que estes predicados ocorrem facilmente com advérbias de localização temporal (*estava contente / alegre ontem*) contrariamente ao que acontece com os primeiros que não aceitam esses advérbias (*\*era alto / inteligente ontem*).

Em segundo lugar, em (27) e em (29), apesar de os predicados serem ambos de indivíduo, observa-se uma aceitabilidade diferente na construção com o Pretérito Perfeito. A razão desta diferença reside em *ser alto* ser um estado não-faseável e *ser inteligente* ser faseável, admitindo assim que um exemplo como (29) tenha a interpretação de *teve um comportamento inteligente* (numa situação concreta). Por isso, este predicado pode coocorrer, neste tempo, com um advérbial de localização temporal (*foi inteligente ontem*) enquanto *ser alto* não pode (*\*foi alto ontem*). Mas (29) pode ainda ter uma outra leitura em que a propriedade de *ser inteligente* já não se aplica ao Rui sem que isso signifique que já não existe, mas tão só que já não possui tal propriedade. Quanto a *ser alto*, é de notar que pode ocorrer no Pretérito Perfeito em frases como (34), sem qualquer dificuldade na sua aceitação. Isto acontece porque neste caso o intervalo de tempo considerado não diz respeito ao indivíduo mas simplesmente a um período delimitado da sua vida, que aqui é explicitado por *em pequeno*. A leitura de que a propriedade já não se aplica é assim comum aos dois exemplos, mas, enquanto um estado como *ser inteligente*, por ser faseável, não necessita de qualquer delimitação temporal, *ser alto* exige-a.

(34) Em pequeno, ele foi alto, mas depois parou de crescer.

As diferentes leituras apresentadas de acordo com os tempos e o tipo de predicado tornam-se mais evidentes se observarmos os seguintes exemplos com um predicado de indivíduo não-faseável como *ser alegre*, que permite, em (35), fazer a inferência de não existência e em (36) afirmar que tal propriedade já não é atribuível ao Rui.<sup>8</sup>

(35) O Rui era alegre.

(36) O Rui foi alegre.

Parece, pois, que o tempo verbal influencia de forma relevante o modo como se atribui uma propriedade a um indivíduo: embora os dois tempos verbais indiquem que essa propriedade já não se aplica no tempo da enunciação, só o Imperfeito tem

---

<sup>8</sup> Há alguns fatores que podem impedir a inferência de não existência em frases como as de (35). Um deles é a prosódia da frase, que pode acentuar simplesmente o efeito contrastivo de atribuição da propriedade no passado e não atribuição no tempo da enunciação. Um outro fator é a utilização da primeira ou da segunda pessoas, pelo facto de se assumir que tanto o locutor como o interlocutor estão vivos:

(i) O Rui era (tão) alegre!

(ii) Eu era alegre.

(iii) Tu eras alegre. O que te aconteceu?

associada uma inferência de não existência do indivíduo.<sup>9</sup>

Quanto aos predicados de fase dos exemplos (30)-(33), o Pretérito Perfeito indica que o estado temporário terminou e o Imperfeito tem associada a possibilidade de continuidade desse estado, como se pode ver em (37)-(38), que retomam parcialmente os exemplos mencionados:

(37) O Rui esteve alegre ontem \*e ainda está.

(38) O Rui estava alegre ontem e ainda está.

Assim, o Imperfeito parece ter associados efeitos semânticos diversos consoante o tipo de predicado com o qual se combina, admitindo uma inferência de não existência com predicados de indivíduo e a de um estado que do passado pode continuar até ao presente com predicados de fase.

As diferenças constatadas na articulação dos tempos Imperfeito e Pretérito Perfeito com predicados de indivíduo e predicados de fase, assim como com predicados faseáveis e não-faseáveis, podem ser confirmadas em frases habituais. Como se disse anteriormente, os estados habituais comportam-se de forma muito semelhante a predicados de indivíduo. Nesta medida parece interessante observar alguns exemplos construídos com eventos uma vez que estes são tipicamente predicados de fase:

(39) Ele bebia muito café.

(40) Ele bebeu muito café.

(41) Ele fumava imenso.

(42) Ele fumou imenso.

Destes exemplos só (39) e (41) são claramente estados habituais enquanto (40) e (42) mantêm a sua natureza eventiva na medida em que estes últimos dizem respeito a uma situação particular do passado contextualmente determinada, e aqueles, por força do Imperfeito, atribuem um hábito à entidade referida pelo Sujeito da frase. São, assim, os exemplos com Imperfeito que apresentam a possibilidade de uma inferência do mesmo tipo da apresentada para os predicados de indivíduo, pois é admissível, nestes casos, que se considere que o indivíduo em questão já não exista.

Assim, estes tempos do passado quando combinados com predicados de indivíduo parecem despoletar implicaturas sobre a terminação de uma situação (ou de atribuição de uma propriedade), enquanto com predicados de fase essa implicatura só ocorre com o Pretérito Perfeito. No entanto, há uma diferença muito interessante: enquanto o Imperfeito ao combinar-se com predicados de indivíduo induz a inferência de não existência da entidade referenciada pelo sujeito da frase, o Pretérito Perfeito com os mesmos predicados só dá a informação de que aquele predicado já não se aplica, o que, de certa forma, parece contrário ao que seria de

---

<sup>9</sup> Note-se que este efeito também se aplica a termos de espécie como se pode ver em exemplos como (i) em que se infere a não existência da espécie, em contraste com (ii) em que tal não acontece:

(i) Os dinossauros eram pacíficos.

(ii) Os dinossauros foram pacíficos.



esperar pois é o Pretérito Perfeito que tem tipicamente associada a si a informação de terminação de uma situação.

### 3. O contexto e o efeito de não existência

As inferências despoletadas nas construções acima observadas podem desaparecer no contexto de frases complexas. Nos exemplos que se seguem os predicados destas frases são, como se pode verificar, predicados de indivíduo e as frases de cada par distinguem-se entre si apenas pelo contraste dos tempos.

- (43) A Maria disse-me que o marido é muito inteligente.
- (43') A Maria disse-me que o marido era muito inteligente.
- (44) Assisti ontem a uma conferência muito interessante. O cientista é muito inteligente.
- (44') Assisti ontem a uma conferência muito interessante. O cientista era muito inteligente.
- (45) Há uns dias conheci a Laura e verifiquei que é muito alta.
- (45') Há uns dias conheci a Laura e verifiquei que era muito alta.

Os exemplos no Presente veiculam duas informações: o indivíduo ao qual se aplica cada uma das propriedades existe e a referida propriedade é-lhe atribuída. Quanto à possibilidade de ocorrência do Presente nas completivas de (43) e (45), deve-se ao facto de os estados permitirem nestes contextos uma interpretação de duplo acesso, pois *ser muito inteligente* ou *ser alta* é um predicado que se aplica em relação ao tempo de *disse* ou de *verifiquei* e também ao tempo da enunciação de toda a frase (cf. Abush (1997), Oliveira (1998a) e Silvano (2002)). Se compararmos (43) com (43') verificamos que este último admite duas leituras: uma em que há uma relação de subordinação temporal da frase no Imperfeito relativamente à frase matriz e, dado que o predicado *ser inteligente* é um estado, ainda pode manter-se no tempo da enunciação de toda a frase; na outra leitura a inferência de não existência é possível por o tempo anterior ao da frase matriz ser o mais relevante. Assim, o Imperfeito surge, quer porque se subordina ao Pretérito Perfeito, mas admitindo que o estado se mantém no presente, quer porque aceita uma leitura em que *ser inteligente* é uma propriedade tida como anterior ao ponto de perspectiva temporal marcado pelo Pretérito Perfeito. Com efeito, trata-se de relações temporais e aspetuais de tipo diferente, pois, no primeiro caso, o evento de *dizer* está incluído no estado de *ser inteligente* e, no segundo caso, o Imperfeito estabelece como discursivamente relevante um estado anterior ao predicado da frase matriz e é nessa medida que pode admitir a inferência de não existência tal como acontece com as frases simples com Imperfeito. Note-se, no entanto, que este efeito só pode ocorrer com predicados de indivíduo e não com predicados de fase como se pode ver em exemplos como a *Maria disse-me que a Rita estava grávida*.

Nos outros pares de exemplos observa-se que o contraste Presente/Imperfeito não acarreta para este último uma inferência de não existência, tratando-se de subordinação temporal. A questão que se coloca é a de saber por que razão aquela

inferência pode ainda ocorrer em (43') e não pode no contexto das outras frases. Em (44') e (45') os estados descritos pelo Imperfeito, embora não delimitados, surgem como sendo só relevantes discursivamente a partir do tempo das frases anteriores em particular devido à localização temporal realizada pelo advérbio *ontem* ou pelo adverbial *há uns dias*.<sup>10</sup> Em (43'), onde o tempo da frase matriz é meramente um passado, é admitida a leitura de não existência, havendo a exigência da consideração de um tempo anterior ao da frase matriz no qual o estado de *ser inteligente* já é aplicado ao indivíduo. Repare-se que entre as características gerais dos estados se encontram exatamente as de não serem delimitados e não apresentarem estrutura interna. Nesta medida as diferentes leituras das frases, aproveitando tais traços, tendem a dar instruções sobre como interpretar a atribuição das propriedades aos indivíduos. Mas veja-se ainda a diferença entre (43') e os exemplos seguintes:

- (46) A Maria disse-me ontem que o marido era muito inteligente.  
(47) A Maria disse-me que o marido tinha sido muito inteligente.

Em (46), com um adverbial de localização temporal, a leitura preferencial já não parece ser a de não existência do indivíduo. Por outro lado, em (47), como o predicado *ser inteligente* é faseável, o Mais-que-Perfeito admite duas leituras: uma em que num tempo anterior ao da frase matriz o marido da Maria se comportou de forma inteligente e uma outra em que há uma leitura de propriedade não atribuída, mas sem efeito de não existência tal como acontece com o Pretérito Perfeito, embora com a diferença de este último tempo ter o tempo da enunciação como ponto de perspectiva temporal e aquele ter, como é sua característica, um tempo passado, em particular o Pretérito Perfeito.

Em contrapartida, os exemplos (44') e (45') ocorrem dificilmente com o Mais-que-Perfeito, como se pode ver nas versões seguintes:

- (48) Assisti ontem a uma conferência muito interessante. ?/\* O cientista tinha sido muito inteligente.  
(49) Há uns dias conheci a Laura e verifiquei ?/\* que tinha sido muito alta.

Assim, o contexto pode influir de maneira importante no que diz respeito à possibilidade de inferência de existência ou não de um indivíduo. No entanto, esta inferência, embora possível pela conjugação de predicados de indivíduo com o Imperfeito, parece envolver também efeitos pragmáticos.

#### 4. Para uma proposta explicativa

Uma questão que convém ter presente é a de que a inferência de não existência é possível em certos contextos pela simples razão de que, quando se atribuem

---

<sup>10</sup> É interessante notar que, se a localização temporal for feita por um adverbial que envolva um intervalo de tempo suficientemente longo, a inferência de não existência torna-se possível:

(i) Há uns anos, assisti a uma conferência muito interessante. O conferencista era muito inteligente.

predicados a indivíduos, se pressupõe, por defeito, a sua existência. Por outro lado, a seleção de um tempo do passado em detrimento do tempo presente está relacionado com diferentes tipos de instruções para o interlocutor interpretar o enunciado. Partindo de um dos princípios de Grice (1975) de que devemos ser tão informativos quanto possível, a escolha do tempo Presente associado a um estado só pode dar a informação de presente e nessa medida estão criadas condições para se considerar que existe o indivíduo ao qual se aplica o predicado.<sup>11</sup> Quando se seleciona um tempo passado, a instrução é obviamente a de passado, mas, enquanto a seleção do Pretérito Perfeito indica que a propriedade já não se aplica ao indivíduo, o Imperfeito pode também, sob certas condições, dar a informação de que a propriedade já não se aplica porque o seu portador já não existe.

A escolha do tempo por parte do locutor não acarreta tais consequências quando se trata de predicados de fase na medida em que estes, por serem temporários, não podem pôr em causa a existência de um indivíduo mas tão só o intervalo de tempo em que tal propriedade se aplica. A escolha do Pretérito Perfeito apresenta características semelhantes às mencionadas para este tempo com predicados de indivíduo, a saber, a propriedade deixou de se aplicar, enquanto a seleção do Imperfeito indica que o estado teve início no passado, podendo eventualmente continuar no presente. Vejam-se os seguintes exemplos como respostas à pergunta “Como é que ele está?”:

(50) Esteve contente na festa.

(51) Estava contente na festa.

Em (50) a duração do predicado de fase limita-se à da festa enquanto em (51) é admissível que continue para além da delimitação temporal da festa, embora o locutor não o assuma, pois se o quisesse fazer teria que acrescentar “e ainda está”. Note-se ainda que, no enquadramento daquela pergunta, a seleção de um tempo do passado em detrimento de um presente revela que o locutor não está em condições de saber se aquele estado se aplica também no tempo da enunciação. Em qualquer dos casos, não é posta em questão a existência do indivíduo.

Dado que o Pretérito Perfeito se comporta de modo idêntico com os dois tipos de predicados, só o Imperfeito revela características especiais quando combinado com predicados de indivíduo. A questão é afinal o que há na semântica do Imperfeito que propicie isso. Com efeito, trata-se de um tempo verbal com valores não só temporais como também aspetuais e modais e essa versatilidade advém de não estabelecer limites temporais senão os que são fornecidos pelo contexto explícito (ou, em certos casos, implícito).

Uma frase no Imperfeito com um predicado de fase (evento ou estado) sem

---

<sup>11</sup> Numa língua como o Português o tempo verbal Presente opera de forma diferente consoante a base é um estado ou um evento. Com estes últimos dá-se uma mudança aspetual para estado habitual como em (i), enquanto com estados a informação é a de tempo presente relativamente ao tempo da enunciação, podendo alargar-se para além deste pelo facto de ser um estado, como em (ii) e (iii):

(i) O João fuma cachimbo.

(ii) O João está doente.

(iii) O João é rico.

Para um maior desenvolvimento sobre este assunto, veja-se, entre outros, Oliveira (2003).

qualquer restrição temporal fornecida pelo contexto é sempre pouco aceitável:

- (52) ? Ele bebia um café com natas.
- (53) ? Ele estava doente.
- (52') Quando o encontrei, ele bebia um café com natas.
- (53') Quando a Maria chegou, ele estava doente.

Só as frases com predicados de indivíduo em combinação com o Imperfeito não são problemáticas sem o apoio do contexto explícito, mas associam a si o efeito de não existência:

- (54) Ele era inteligente /afável / alto ...

Estas observações levam-nos a considerar, na linha de Musan (1997), que as entradas lexicais da maior parte dos predicados de indivíduo e também dos de fase associam pressuposições de existência, isto é, especificam informação sobre a localização temporal dos indivíduos em relação ao tempo em que o predicado é atribuído. Deste modo, a variável de indivíduo não só pertence ao domínio da função parcial como também especifica que o indivíduo está vivo no tempo considerado em tal domínio. Note-se que tal é muito relevante em frases com o Presente como em (55)-(56), em que há uma quebra pressuposicional, se *a rapariga* não estiver viva:<sup>12</sup>

- (55) A rapariga é de Paris.
- (56) A rapariga está contente.

Mas a pressuposição de existência manifesta-se também noutros contextos, como é o caso dos seguintes exemplos:

- (57) Vou ver um filme de um realizador que é do Porto.
- (57') Vou ver um filme de um realizador que era do Porto.
- (58) Vou assistir a uma palestra de um cientista que é de Évora.
- (58') ? Vou assistir a uma palestra de um cientista que era de Évora.

Se contrastarmos (57) com (57'), observamos que na primeira se transmite a informação de que o realizador está vivo enquanto na segunda se veicula a informação de que o realizador já não está vivo. Dado que o predicado *ser (natural) de* é um predicado de indivíduo que abrange toda a sua existência, a frase (58) não levanta qualquer problema, mas (58') parece não ser aceitável pelo facto de o Imperfeito permitir a inferência de que o cientista já não está vivo e a frase afirmar concomitantemente o plano de assistir a uma palestra proferida por esse cientista.

---

<sup>12</sup> Nem todos os predicados parecem requerer tal informação como é o caso de *ser famoso* ou *ser controverso* que se podem aplicar a indivíduos não existentes quer porque não estão vivos quer porque são ficcionais como em *Picasso é famoso* ou *O Tintin é famoso*. Acrescente-se que em relação ao que se afirma sobre o Presente se exclui o chamado Presente histórico que, para poder ser considerado como tal, necessita também de um enquadramento temporal apropriado.

Parece, assim, que estes efeitos se jogam na forma como se entrelaça a pressuposição de existência do indivíduo com o Imperfeito. O contraste entre os predicados de indivíduo e os de fase no que diz respeito à necessidade, quando ocorrem no Imperfeito, de um contexto explícito para estes contrariamente ao que acontece para aqueles, pode ser explicado pela proposta de Musan (1997), considerando-se assim que o tempo de existência do indivíduo que o sintagma em posição de sujeito denota atribui o contexto implícito de que necessitamos.

Como o Pretérito Perfeito só diz respeito à não atribuição de um predicado – note-se que uma frase neste tempo em combinação com predicados de fase não precisa de qualquer outra informação contextual –, o Imperfeito com predicados de indivíduo e na ausência de outro contexto serve-se da duração atribuível à existência do indivíduo. Por isso, o efeito de não existência ocorre naturalmente em frases simples e em frases como (43) em que o contexto é muito vago quanto à localização temporal. Quando este se torna explícito, como em (46), então a leitura que prevalece deixa de ser a de não existência. Nas frases (44) e (45) por seu turno, o contexto linguístico é suficientemente explícito para restringir a interpretação das frases.

Deste modo, sem contexto explícito, o falante tem a opção de um Presente se pretende informar que o indivíduo em causa existe no tempo em que a frase é enunciada ou o Imperfeito no caso contrário. A escolha do Pretérito Perfeito envolve só a não atribuição do predicado ao indivíduo denotado pelo sintagma em posição de sujeito. Essa é a razão pela qual uma frase como (23), aqui repetida, não é aceitável em virtude de *ser do norte de Portugal* ser um predicado com a mesma duração da existência de um indivíduo.

(59) \*Ele foi do norte de Portugal.

Estas leituras despoletadas pelo Imperfeito parecem aplicar-se fundamentalmente ao sintagma em posição de sujeito, como se observou em todos os exemplos até agora apresentados. No entanto, convém observar se é possível que tais efeitos sejam atribuídos a nomes ou outras posições argumentais na frase. Um primeiro caso a considerar é apresentado pelos exemplos seguintes.

(60) O rapaz era da Checoslováquia.

(61) A Maria vai casar com um rapaz que era da Checoslováquia.

(62) ?A Maria vai casar com um rapaz que era de Lisboa.

Em (60) poder-se-ia considerar que, pelo facto de a Checoslováquia já não existir como país, o Imperfeito se relacionar com esse nome, mas parece manter-se o efeito de não existência atribuído a *o rapaz*. Porém, em (61) a construção postula a existência do rapaz, isto é, *um rapaz* só pode ter uma leitura específica e nessa medida o Imperfeito é aceitável se considerarmos que esse predicado já não se aplica porque, tendo em conta o nosso conhecimento do mundo, tal país já não existe. Por isso, uma frase como (62) parece estranha pois o mesmo tipo de informação não é

válido relativamente a Lisboa.<sup>13</sup>

Um outro caso a considerar é o do verbo *parecer(-se)*. De acordo com o estudo de Fonseca (1993), este verbo apresenta características semânticas e sintáticas de um verbo simétrico, mas quanto à questão que aqui nos ocupa parece não se comportar como tal. Vejam-se os seguintes exemplos adaptados de Kratzer (1995: 156):

- (63) A tia Teresa parece-se com a minha avó.
- (64) A tia Teresa parecia-se com a minha avó.
- (65) A minha avó parecia-se com a tia Teresa.

Em (63), o Presente permite a inferência de que a tia Teresa está viva e, possivelmente também a minha avó, mas em (64) esta frase só é adequada num contexto em que tia Teresa já não existe e em que a pressuposição de existência de minha avó se mantém. Esta mesma frase não seria aceitável numa situação em que a tia Teresa está viva e a minha avó não está, pois para este caso só uma frase como (65) seria adequada.

Deste modo, verifica-se que não há simetria deste predicado no que diz respeito à localização temporal dos seus argumentos. Estas observações confirmam em grande medida a hipótese de Kratzer segundo a qual o tempo localiza temporalmente o argumento externo (sintático). Quando se trata de um predicado de indivíduo, esse argumento é realizado por um sintagma nominal e, se o predicado for de fase, o tempo pode localizar o argumento extra (de tipo eventivo ou de localização) proposto por Kratzer para distinguir estes predicados dos de indivíduo. Nesta medida, o tempo está fora do sintagma verbal e surgiria no restritor na forma lógica, de acordo com a proposta de *mapping hypothesis* de Diesing (1992). Os exemplos (66)-(67), de Kratzer (1995:155), ilustram essa diferença na medida em que um predicado de fase como *to be available* tem uma análise diferente da de um predicado de indivíduo como *to be french*.

- (66) Firemen were available  
[before-now (I)] &  $\exists_x$  [ fireman (x) & available x,I]]
- (67) Henry was French.  
[before-now (Henry<sub>3</sub>)] & [French(he<sub>3</sub>)]

Em (66), o predicado temporal *before-now* introduz a variável 'I' que não é ligada por 'existential closure', sendo o contexto de uso, na ausência de outro quantificador, a fornecer o seu valor. Deste modo, a segunda ocorrência de 'I' está ancorada ao contexto. Em casos como (67), a denotação de predicados como *before-now* aplicados a um indivíduo acarreta que a proposição só é verdadeira se

---

<sup>13</sup> Já se disse anteriormente, na nota 8, que as primeira e segunda pessoas podem anular a inferência de não existência. Neste sentido, a aceitabilidade de uma frase como (i) não causaria quaisquer problemas. Mas, curiosamente, uma frase como (ii) não parece aceitável exatamente pelas mesmas razões apontadas para o exemplo (62).

(i) Eu era / tu eras da Checoslováquia.

(ii) ? Eu era /tu eras de Lisboa.

o indivíduo estiver totalmente localizado no passado. Porém, uma frase como (67) pode ter duas leituras: uma em que Henry já não é francês e o predicado temporal tem um argumento como em (66) e outra em que, tal como na análise de (67), Henry está localizado no passado e tem a propriedade de ser francês.

Em Português, com predicados de indivíduo e sem qualquer outro contexto explícito, é o Imperfeito que atribui uma leitura como a segunda admissível em (67) e o Pretérito Perfeito uma leitura como a primeira atribuída a (67), como se pode ver pelo contraste entre (68) e (69):

(68) O Henri era francês.

(69) O Henri foi francês.

Assim, a leitura de não existência associada a (68) deve-se à combinação da localização do indivíduo totalmente no passado com a pressuposição de existência do indivíduo que o sintagma em posição de Sujeito denota (Musn, 1997), constituindo o contexto implícito de que necessitamos.

Em (69) o Pretérito Perfeito, ao atribuir um ‘terminus’ ao predicado de indivíduo, altera-o, conferindo-lhe características próximas das de um predicado de fase.

Assim, estes dois tempos do passado, ao combinarem-se com diferentes tipos de predicados, veiculam informações diferentes. O Pretérito Perfeito mantém a sua informação de passado e só diz respeito à não atribuição de um predicado, sem pôr em causa a pressuposição de existência. Por isso, uma frase neste tempo em combinação com predicados de fase não precisa de qualquer outra informação contextual e com predicados de indivíduo, tende a alterá-los aproximando-os de predicados de fase. O Imperfeito não altera o tipo de predicado, admitindo leituras diferentes: com predicados de fase necessita de um contexto explícito para proceder à localização temporal e com predicados de indivíduo, na ausência de outro contexto, serve-se da duração atribuível à existência do indivíduo localizada no passado. Neste caso, a não aplicação da propriedade ao indivíduo é uma consequência de este já não existir.

Em contraste com estes tempos, o Presente mantém não só a distinção entre os tipos de predicados, de fase ou de indivíduo, sem necessitar de qualquer outra localização temporal, nos casos relevantes, em virtude de esta ser fornecida pelo tempo da enunciação, como também mantém a pressuposição de existência.

Assim, o falante ao selecionar o Presente, o Imperfeito ou o Pretérito Perfeito veicula informações diversas que não estão só relacionadas com tempo verbal, isto é, com atribuição de um predicado no presente ou no passado, mas também com a existência ou não dos indivíduos. Isto evidencia que a distinção entre predicados de indivíduo e predicados de fase não é só de natureza temporal, pois nesse caso não seriam sensíveis às diferenças de tempos, em particular os do passado.

## 5. Em forma de conclusão

Neste artigo pretendeu-se discutir o que distingue o tempo Presente dos tempos do passado, Imperfeito e Pretérito Perfeito, no que diz respeito à possibilidade de inferência da existência ou não de um indivíduo. Esse efeito ocorre com predicados

de indivíduo (ou que se comportem como tal) e não com predicados de fase. Os tempos do passado, com aqueles predicados têm o efeito de não atribuir a propriedade relevante ao indivíduo, mas o Imperfeito associa, em frases simples (sem contexto explícito) e em certos contextos, um efeito suplementar: o predicado não se aplica porque o indivíduo já não existe. No entanto, quando o contexto fornece elementos que permitem restringir a localização temporal, o Imperfeito deixa de produzir esse efeito, havendo em grande medida relações temporais de subordinação. Estas duas opções interpretativas são em parte veiculadas pela semântica dos tempos como o exemplo (1) atesta: a correção só faz sentido porque o falante se apercebe de que, estando a estabelecer uma relação de subordinação com o tempo da frase anterior, tem também acessível o efeito de não existência proporcionado pelo Imperfeito. Assim, o falante seleciona o Presente ou o Imperfeito conforme quer transmitir a instrução de existência ou não do indivíduo ao qual está a atribuir um predicado de indivíduo. Estes efeitos não surgem com predicados de fase na medida em que não podem pôr em causa a existência de um indivíduo por envolverem apenas porções temporalmente delimitadas de indivíduos.

Assim, a pressuposição da existência do indivíduo associada à duração temporal é também relevante: os predicados de indivíduo são relativamente estáveis ou até permanentes, mas podem não se aplicar a toda a vida de um indivíduo. Por isso se pode usar também o Pretérito Perfeito quando, não pondo em causa a existência do indivíduo, se está a dizer que tal predicado deixou de ser aplicável, delimitando-o e conferindo-lhe algumas características de predicado de fase.

Nesta medida, o Presente é o tempo mais informativo com estados, pois confirma a sua natureza não delimitada e confirma também a pressuposição de existência; o Imperfeito, ao veicular informação de passado, permite, com predicados de indivíduo a inferência de não existência e consequentemente de não aplicação da propriedade. O Pretérito Perfeito não põe em causa a pressuposição de existência e dá a informação de que a propriedade não se aplica.